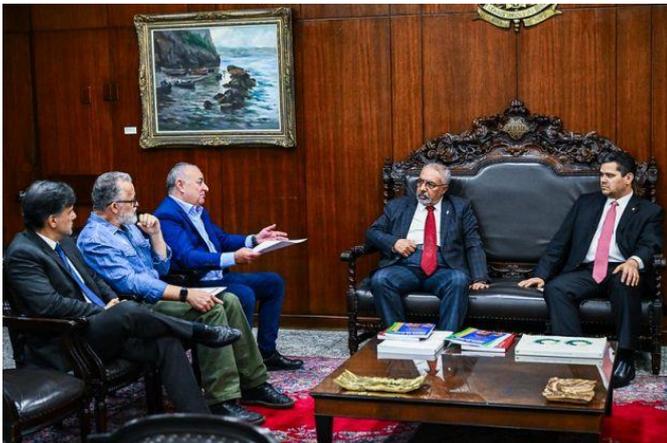


**Brasília-DF, 02 de junho de 2025**

## NCST discute Estatuto do Trabalho em reunião na presidência do Senado



Na quinta-feira (29), José Reginaldo, diretor de Formação Sindical e Qualificação Profissional da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), participou de reunião em Brasília com o senador Paulo Paim (PT-RS), o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), o senador Rogério Carvalho (PT-SE) e representantes da CUT, Força Sindical, CSB e do Fórum das Centrais Sindicais.

O encontro teve como foco a discussão sobre o novo mundo do trabalho e a tramitação da

Sugestão Legislativa 12/2018, que propõe a criação do Estatuto do Trabalho. O senador Paulo Paim, relator da proposta, destacou que o estatuto visa resgatar direitos trabalhistas suprimidos pela reforma de 2017 e promover uma sociedade mais justa e democrática.



O presidente Davi Alcolumbre sugeriu a criação de uma comissão mista para ampliar o debate sobre o tema. A proposta foi bem recebida pelos participantes, que ressaltaram a importância de um diálogo social efetivo e contínuo para enfrentar os desafios do mundo do trabalho com justiça e inclusão.



Durante o encontro, as centrais entregaram oficialmente a pauta da classe trabalhadora aos parlamentares, reforçando a necessidade de um novo modelo de legislação que garanta direitos, dignidade e proteção diante das transformações no mundo do trabalho.

Fotos: Pedro Gontijo

Com informações da Assessoria do Senador Paulo Paim

Fonte: NCST

**Brasília-DF, 02 de junho de 2025**

## **Brasil é o 2º país com maior avanço do PIB no 1º tri, à frente de EUA, China e UE**

*Segundo a agência de classificação de risco Austin Rating, o Brasil deve ocupar a 8ª posição no ranking de maiores economias do mundo neste ano e no próximo, à frente de países como Canadá, Rússia, México*



Com o avanço do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,4% no primeiro trimestre ante o período anterior, o Brasil teve o segundo maior crescimento dentre uma lista de 58 países, elaborada pela agência de classificação de risco Austin Rating com dados já conhecidos para o período. O Peru, com 2,4%, foi o país que mais cresceu. Ao lado do Brasil, com a mesma taxa de crescimento, figuram Arábia Saudita e Noruega.

Imediatamente atrás do Brasil ficaram Irlanda (1,2%), Holanda (1%), Indonésia (0,9%), em terceiro, quarto e quinto lugares, respectivamente.

Empatados em sexto lugar, com expansão de 0,8%, figuram Croácia, Espanha, Japão, Sérvia e Tailândia.

As duas maiores economias do mundo, EUA e China, tiveram incremento de 0,7% e ficaram no sétimo lugar, empatadas com Chipre, Lituânia e Malásia.

Outras das maiores economias do mundo tiveram desempenho mais modesto: Reino Unido (0,6%), no oitavo lugar; Canadá (0,5%), no nono lugar; França (0,3%), no 11º lugar; e Itália (0,2%), no 12º lugar.

No campo negativo apareceram Alemanha (-0,1%), no 15º lugar; Coreia do Sul (-0,2%), em 16º; Suécia (-0,3%), em 17º; e Chile (-0,6%), em 18º.

### **8ª maior economia do mundo**

Segundo a Austin, o Brasil deve ocupar a oitava posição no ranking de maiores economias do mundo neste ano e no próximo. A agência usa projeções de crescimento feitas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o volume estimado para o PIB de diferentes

países em dólares. Pelas previsões do FMI, o PIB brasileiro crescerá 2,1% em 2024 e em 2025.

Em 2023, a alta de 2,9% no PIB brasileiro já tinha feito o Brasil subir duas posições nesse ranking das maiores economias do mundo, passando da 11ª colocação em 2022 para a nona posição no ano passado. A nova projeção com o País na oitava colocação geral representa mais um avanço, portanto.

Com uma expansão projetada de 2,1% em 2024 e em 2025, o Brasil superaria as economias da Itália, Canadá, Rússia, México, Austrália, Coreia e Espanha, sendo menor somente que a dos Estados Unidos, China, Alemanha, Japão, Índia, Reino Unido e França.

Por falta de dados disponíveis do trimestre analisado, Macau, Vietnã, Índia, Armênia, Uzbequistão, Mogólia, Moçambique e Rússia ficaram nas últimas posições do ranking.

Fonte: Estadão Conteúdo

## **Taxa de investimento no 1º tri é a maior para o período desde 2021, mostra IBGE**

*Dados do Produto Interno Bruto (PIB) foram divulgados nesta sexta-feira, 30, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*

Imagem: Pixabay



A taxa de investimento no País cresceu de 16,7% no primeiro trimestre de 2024 para 17,8% no primeiro trimestre de 2025, o melhor desempenho para esse período do ano desde 2021, quando esteve em 18,4%.

Os dados do Produto Interno Bruto (PIB) foram divulgados nesta sexta-feira, 30, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A taxa de poupança aumentou de 15,5% no primeiro trimestre de 2024 para 16,3% no primeiro trimestre de 2025, o melhor desempenho para esse período do ano desde 2023, quando esteve em 16,7%.

“A gente viu tanto a taxa de investimento quanto a taxa de poupança crescerem”, frisou Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE. “A taxa de poupança aumentou porque, como efeito da política monetária restritiva, o consumo das famílias cresceu abaixo do PIB”, justificou.

Fonte: Estadão Conteúdo

**Brasília-DF, 02 de junho de 2025**

## Audiência na CAS critica 'pejotização' e alerta para perda de direitos trabalhistas

*Geraldo Magela/Agência Senado*

*Paim (ao centro) comandou debate com especialistas e representantes de trabalhadores, governo e Justiça do Trabalho*

O avanço da “pejotização” no Brasil acentua a precarização das relações trabalhistas, compromete a proteção social e esvazia direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A crítica foi feita por autoridades e especialistas durante audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na quinta-feira (29). Na chamada pejotização, o trabalhador é contratado como pessoa jurídica pela empresa, que com isso reduz custos e obrigações legais.

O debate atendeu pedido (REQ 27/2025 - CAS) do senador Paulo Paim (PT-RS). O parlamentar classificou a pejotização como “uma ameaça direta aos direitos trabalhistas” e “um ataque frontal à CLT”. Para o senador, essa prática “fragiliza o pacto social brasileiro” ao permitir contratações que mascaram relações empregatícias e negam direitos como férias, 13º, FGTS e licenças.

— Estamos falando de milhões de trabalhadores e de um rombo que já chega a R\$ 89 bilhões aos cofres públicos desde a reforma trabalhista — alertou Paim, ao citar estudos da Fundação Getulio Vargas (FGV) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Para o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Augusto César Leite de Carvalho, a pejotização é sinônimo de fraude.

— Não há base jurídica para a pejotização como forma lícita de contratação quando há subordinação, pessoalidade e continuidade. A realidade dos fatos deve prevalecer sobre a formalidade do contrato — defendeu.

Ele ainda alertou para o risco de retrocesso social.

— A autorização dessa prática fragiliza a rede de proteção social que financia direitos como licença-maternidade, auxílio-doença e aposentadoria — pontuou.

### Números

A coordenadora-geral de Fiscalização e Promoção do Trabalho Decente do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Dercylete Loureiro, apresentou dados levantados pelo ministério sobre o perfil dos trabalhadores pejotizados: 93% ganham até R\$ 6 mil e, desses, mais da metade recebe até R\$ 2 mil.

— Estamos falando de faxineiros, serventes, vendedores, porteiros. Pessoas vulneráveis que não têm patrimônio para dissociar da própria força de trabalho. É uma crise existencial do direito do trabalho; elas são submetidas a contratos precários por falta de alternativas — declarou.

Representante do Ministério Público do Trabalho (MPT), o coordenador nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho, Renan Kalil, destacou que o número de denúncias de fraudes trabalhistas quintuplicou na última década.

— Ou reafirmamos a primazia da realidade ou consagraremos um modelo de faz de conta, que legitima a fraude e desmonta o direito do trabalho — afirmou, ao defender que o Supremo Tribunal Federal (STF) preserve os fundamentos constitucionais da proteção ao trabalho.

### Vínculo precário

O desembargador Clóvis Schuch Santos, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região, criticou decisões do Supremo que, segundo ele, invalidam decisões da Justiça do Trabalho com base apenas na formalização dos contratos.

— Estamos vendo uma destruição da CLT, da Previdência e até da economia, com a legitimação de vínculos precários — lamentou.

Pesquisadora da Universidade de Campinas (Unicamp) e desembargadora aposentada do TRT-4, Magda Barros Biavaschi lembrou que a Constituição de 1988 impõe limites à livre iniciativa, ao condicioná-la ao valor social do trabalho.

Para ela, ao desconsiderar o princípio da primazia da realidade, o STF “nega a razão de ser do direito do trabalho e do sistema público de proteção social”.

Ricardo Carneiro, assessor jurídico da Central Única dos Trabalhadores (CUT), reforçou que a pejotização generalizada transfere todo o risco da atividade

Brasília-DF, 02 de junho de 2025

econômica ao trabalhador e enfraquece a organização sindical.

— Não se trata de liberdade de escolha. É chantagem social travestida de contrato civil. O trabalhador é obrigado a se tornar pessoa jurídica para sobreviver — denunciou.

Fonte: Agência Senado

## Dupla exigência – João Guilherme Vargas Netto



Muita gente e muita gente boa tem falado e escrito sobre o fim do sindicalismo como o praticamos e o conhecemos, principalmente aqui no Brasil.

E há razões para isso: queda da taxa de sindicalização, os jovens arredios, novas profissões e nova configuração da força de trabalho desorganizada, envelhecimento dos dirigentes e ativistas, fraqueza da representação feminina e os desafios individualistas das redes de internet e de IA.

Tudo isto é real e muito explorado pelos adversários, com pressão ideológica e financeira e deve ser compreendido e enfrentado com afinco.

Mas quem enfrentará essas múltiplas e desafiadoras tarefas?

O bom senso responde que é a própria representação atual dos trabalhadores, o movimento sindical efetivamente existente.

Para isto é imprescindível que as direções, ao tentar a modernização, continuem cumprindo e cumprindo bem as atuais tarefas de que se incumbem por mandato dos trabalhadores associados: campanhas salariais e negociações, garantia e aumento das PLRs, batalhas pela sindicalização, melhorias nos locais de trabalho, serviços sindicais, lazer dos trabalhadores e comunicação (para dentro e para fora, para cima e para baixo, mídias tradicionais e internet).

Nesta dupla exigência – fazer agora o que precisa ser

feito e enfrentar as novas situações – o equilíbrio entre a instituição e o movimento precisa ser levado em conta, de tal forma que a ação sindical seja a mais efetiva possível.

João Guilherme Vargas Netto. Consultor de entidades sindicais de trabalhadores.

Fonte: Agência Sindical

## Pesquisa AtlasIntel: Lula tem aprovação de 45,4% e desaprovação de 53,7%

Números mostram crescimento na desaprovação. Pesquisa foi feita por meio de questionário on-line



Luiz Inácio Lula da Silva (Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

A desaprovação ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegou a 53,7% em maio, de acordo com os dados divulgados nesta sexta-feira (30) pela pesquisa Latam Pulse, da AtlasIntel em parceria com a Bloomberg, informa a CNN Brasil. O estudo ouviu 4.399 pessoas entre os dias 19 e 23 de maio de 2025, por meio de questionário on-line. A margem de erro é de um ponto percentual, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%.

Os números mostram um crescimento de 3,6 pontos percentuais na desaprovação do presidente em relação ao mês anterior, quando 50,1% dos entrevistados declararam reprovar o governo. Ao mesmo tempo, a taxa de aprovação se manteve estável, passando de 46,1% em abril para 45,4% em maio, variação dentro da margem de erro. O percentual de entrevistados que não souberam ou não quiseram responder caiu de 3,8% para 0,7%.

- **Desaprova:** 53,7% (em abril, 50,1%)
- **Aprova:** 45,4% (em abril, 46,1%)
- **Não sabe/não respondeu:** 0,7% (em abril, 3,8%)

Fonte: Brasil247